

Nascentes do Xingú
Participações e
Administração S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de
2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Caixa e equivalentes de caixa	5	4	11	1.153	2.009	Fornecedores e empreiteiros	12	102	-	14.066	18.260
Aplicações financeiras	6	650	-	17.915	17.328	Empréstimos e debêntures	13	3.528	128.920	5.887	147.161
Debêntures privadas partes relacionadas	9	-	116.394	-	-	Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	3.153	2.791
Contas a receber de clientes	7	-	-	12.626	11.392	Obrigações fiscais		77	73	878	948
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	8.652	4.038	2.824	2.384	Imposto de renda e contribuição social		-	-	22	1.510
Estoques		-	-	706	698	Parcelamentos de impostos		-	-	336	241
Ativo fiscal corrente		201	-	973	913	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	50.104	23.976	86.427	30.260
Adiantamento a fornecedores		12	7	358	636	Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	361	-
Dividendos a receber	8	2.400	-	-	-	Outras contas a pagar	14	-	-	1.663	784
Outros créditos		303	21	1.384	922	Total do passivo circulante		53.811	152.969	112.793	201.955
Total do ativo circulante		12.222	120.471	37.939	36.282	Empréstimos e debêntures	13	149.617	-	170.787	-
Debêntures privadas de partes relacionadas	9	135.557	-	-	-	Parcelamentos de impostos		-	-	1.835	1.259
Contas a receber de clientes		-	-	159	-	Provisão para contingências	15	-	-	4.118	9.757
Ativo fiscal diferido	21	-	-	13.964	8.930	Passivo fiscal diferido	21	213	79	27.122	28.360
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	8.251	-	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	3.679	-
Outros créditos		-	-	2.232	80	Outras contas a pagar	14	-	-	2.641	2.496
Total do realizável a longo prazo		143.808	-	16.355	9.010	Total do passivo não circulante		149.830	79	210.182	41.872
Investimentos	10	106.471	77.421	82	82	Patrimônio líquido	16				
Imobilizado		4	-	202	213	Capital social		52.002	52.002	52.002	52.002
Intangível	11	-	-	358.158	282.369	Reserva de lucros		8.222	-	8.222	-
Total do ativo não circulante		250.283	77.421	374.797	291.674	Ajuste de avaliação patrimonial		(1.360)	-	(1.360)	-
						Prejuízos acumulados		-	(7.158)	-	(7.158)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		58.864	44.844	58.864	44.844
						Participação de não controladores		-	-	30.897	39.285
						Total do patrimônio líquido		58.864	44.844	89.761	84.129
						Total do passivo		203.641	153.048	322.975	243.827
Total do ativo		262.505	197.892	412.736	327.956	Total do passivo e patrimônio líquido		262.505	197.892	412.736	327.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	17	-	-	173.900	147.921
Custos dos serviços prestados	18	-	-	(147.178)	(123.981)
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.722</u>	<u>23.940</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	19	(1.221)	(493)	(9.565)	(9.070)
Outras receitas operacionais		-	-	99	4
Outras despesas operacionais		-	-	(20)	-
Resultado de equivalência patrimonial		10.239	1.932	-	-
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>9.018</u>	<u>1.439</u>	<u>17.236</u>	<u>14.874</u>
Receitas financeiras	20	20.297	15.584	8.488	6.307
Despesas financeiras	20	(23.250)	(18.257)	(23.763)	(18.787)
Despesas financeiras líquidas		<u>(2.953)</u>	<u>(2.673)</u>	<u>(15.275)</u>	<u>(12.480)</u>
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		<u>6.065</u>	<u>(1.234)</u>	<u>1.961</u>	<u>2.394</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	(133)	16	5.031	(5.104)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>5.932</u>	<u>(1.218)</u>	<u>6.992</u>	<u>(2.710)</u>
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		5.932	(1.218)	5.932	(1.218)
Acionistas não controladores		-	-	1.060	(1.492)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>5.932</u>	<u>(1.218)</u>	<u>6.992</u>	<u>(2.710)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>5.932</u>	<u>(1.218)</u>	<u>6.992</u>	<u>(2.710)</u>
Outros resultados abrangentes:					
Valor justo de derivativos	22	(2.061)	-	(2.061)	-
IR/CS sobre valor justo de derivativos	22	<u>701</u>	<u>-</u>	<u>701</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u><u>4.572</u></u>	<u><u>(1.218)</u></u>	<u><u>5.632</u></u>	<u><u>(2.710)</u></u>
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		4.572	(1.218)	4.572	(1.218)
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.060</u>	<u>(1.492)</u>
Resultado abrangente total		<u><u>4.572</u></u>	<u><u>(1.218)</u></u>	<u><u>5.632</u></u>	<u><u>(2.710)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores					Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Nota	Capital social subscrito	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados			Total
Saldos em 01º de janeiro de 2015		52.002	-	-	(5.940)	46.062	40.777	86.839
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.218)	(1.218)	(1.492)	(2.710)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		52.002	-	-	(7.158)	44.844	39.285	84.129
Valor justo de derivativos	22	-	-	(1.360)	-	(1.360)	-	(1.360)
Diluição de participação societária	10	-	9.448	-	-	9.448	(9.448)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.932	5.932	1.060	6.992
Compensação de prejuízo com reservas		-	(1.226)	-	1.226	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		52.002	8.222	(1.360)	-	58.864	30.897	89.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	6.065	(1.234)	1.961	2.394
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	-	-	18.943	12.230
Resultado na baixa de intangível	-	-	11	-
Juros sobre empréstimos e debêntures	21.691	17.417	13.963	13.649
Amortização do custo de captação	292	-	665	-
Varição cambial	-	-	(1.735)	-
Perda com instrumentos financeiros derivativos	-	-	3.611	-
Juros sobre aplicações financeiras	(20.295)	(15.576)	(3.340)	(5.047)
Ajuste a valor presente de clientes	-	-	2	44
Resultado de equivalência patrimonial	(10.239)	(1.932)	-	-
Reversão de contingências	-	-	(5.125)	(6.746)
Atualização monetária das contingências	-	-	(502)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.499	1.831
Baixa de títulos do contas a receber	-	-	1.883	-
	(2.486)	(1.325)	31.836	18.355
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) / Diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(3.734)	(5.618)
Estoques	-	-	(8)	(342)
Ativo fiscal corrente	(201)	87	(86)	(653)
Adiantamento a fornecedores	(5)	(7)	238	2.147
Outros créditos	(282)	366	(442)	(101)
Aumento / (Diminuição) dos passivos				
Fornecedores e empreiteiros	102	(129)	(4.194)	11.788
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	362	370
Obrigações fiscais	4	72	(70)	(401)
Parcelamentos de impostos	-	-	671	(475)
Pagamento de contingências	-	-	(12)	-
Outras contas a pagar	-	-	(1.495)	936
Juros pagos	(48.940)	48	(53.997)	98
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.002)	(2.667)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(51.808)	(888)	(32.933)	23.437
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aplicações financeiras e debêntures	482	-	2.753	43.582
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(8.251)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(4)	-	(5)	-
Aquisição de intangível	-	-	(85.136)	(67.566)
Aporte de capital em controladas	(13.123)	-	-	-
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(20.896)	-	(82.388)	(23.984)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Empréstimos e debêntures captadas	151.655	-	176.598	-
Empréstimos e debêntures pagas	(100.472)	-	(117.103)	-
Conta corrente a receber de partes relacionadas	(4.614)	4.274	(2.571)	(126)
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	26.128	(3.390)	57.541	(140)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	72.697	884	114.465	(266)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(7)	(4)	(856)	(813)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	11	15	2.009	2.822
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	11	1.153	2.009
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(7)	(4)	(856)	(813)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. (“Companhia”) é uma ‘Holding’, constituída em 1º de dezembro de 2012 na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Miguel Sutil, nº 12.727, na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso. Sua finalidade é a de administrar bens móveis ou imóveis próprios e a de participar em outras sociedades e atuar como holding do complexo Xingú que conta com 17 empresas que prestam serviços de fornecimento de água e tratamento dos esgotos nos municípios de Sorriso, Poconé, Primavera do Leste, Campo Verde, Marcelândia, Vera, União do Sul, São José do Rio Claro, Santa Carmem, Nortelândia, Pedra Preta, Jangada, Peixoto de Azevedo, Carlinda, Cláudia, Jauru e Barra do Garças, todas no Estado do Mato Grosso.

O contrato e seus aditivos das empresas consolidadas em Nascentes do Xingú, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 183.537, dos quais faltam realizar R\$ 92.398, em valores históricos.

Os principais compromissos assumidos entre junho de 2000 e abril de 2045 pelas empresas consolidadas na Nascentes do Xingú, de acordo com os Contratos de Concessão e seus aditivos: (i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2014 e 2052, de acordo com cada município.

Conforme demonstrado no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante supera o ativo circulante da controladora em R\$ 41.589 e do consolidado em R\$ 74.097, basicamente em virtude de contas correntes a pagar para partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10. A Empresa possui suporte financeiro da controladora direta Aegea Saneamento e Participações S.A., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com suas obrigações.

2 Entidades do Grupo

A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia e suas controladas:

Controladas	Objeto social	Contrato de concessão ou edital n°	Data de término da concessão	% de Participação			
				2016		2015	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Águas de Barra do Garças Ltda.	(a)	090/2003	09/2033	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Águas de Sorriso S.A.	(a)	001/2000	06/2030	76,86%	-	51,00%	-
Águas de Poconé S.A.	(b)	146/2008	06/2024	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Primavera S.A.	(a)	001/05/2000	08/2030	51,16%	-	51,00%	-
Águas de Campo Verde S.A.	(a)	01/2001	11/2031	78,92%	-	51,00%	-
Águas de Marcelândia S.A.	(a)	001/2003	06/2033	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Vera S.A.	(a)	001/2003	04/2041	51,00%	-	51,00%	-
Águas de União do Sul S.A.	(a)	001/2000	08/2030	51,00%	-	51,00%	-
Águas de São José S.A.	(a)	01/2008	03/2038	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Santa Carmem S.A.	(a)	001/2001	11/2031	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Nortelândia S.A.	(a)	001/2002	01/2052	51,00%	-	51,00%	-
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	(a)	098/2003	12/2032	83,85%	-	51,00%	-
Saneamento Básico de Jangada S.A.	(a)	031/2004	06/2034	51,00%	-	51,00%	-
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	(a)	001/1998	08/2030	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Carlinda S.A.	(a)	001/04	01/2034	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Cláudia S.A.	(a)	033/2004	03/2034	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	(a)	013/2012	01/2042	51,00%	-	51,00%	-

- (a) Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- (b) Concessão de serviços públicos de abastecimento de água.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram preparadas acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2017.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis a Companhia e suas controladas são os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 11 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 15 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos; e
- Nota explicativa nº 21 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) *Controladas*

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

(ii) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e controlada em conjunto.

Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, aonde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

O investimento em controlada em conjunto é contabilizado por meio do método de equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(iii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre empresas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita operacional

(i) *Contratos de concessão de serviços*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no IFRIC 12 e na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia e suas controladas prestam mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) *Serviços de abastecimento de água e esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

d. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.

Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quando à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

(v) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

e. Estoques

Os estoques de material e consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

f. Ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “o”
- Intangível em andamento, são custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos e debêntures.

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia e suas controladas define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia e suas controladas até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2016 com relação a este assunto.

k. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, debêntures e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e debêntures e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

A companhia e suas controladas tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

o. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia e suas controladas adotam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso das controladas não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas estimaram que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

p. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia iniciou uma avaliação e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos a serem reportados. No entanto, o atual estágio dessa avaliação não permite quantificar os efeitos, se houver, até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

r. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa	-	-	5	-
Bancos conta movimento	4	11	1.148	2.009
	4	11	1.153	2.009

Os saldos de caixa e banco conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

6 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2016	2015	2016	2015
Aplicações pós fixadas	100,00% a 102,00% do CDI	janeiro/2019 à maio/2021	-	-	223	13.928
Fundo de investimento	101,12% a 102,42% do CDI	Indeterminado	650	-	17.692	3.400
			650	-	17.915	17.328

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, correspondem a aplicações em um fundo não restrito de investimentos, não exclusivo, multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

Essas aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa de atividades de investimento.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2016	2015
Faturamento de serviços de água e esgoto	12.448	11.260
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	3.640	3.102
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.303)	(2.970)
	<u>12.785</u>	<u>11.392</u>
Circulante	12.626	11.392
Não circulante	159	-

O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era conforme segue:

Classe de consumidor	Consolidado				
	Saldos a vencer	Saldos vencidos			Total
		Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	
Residencial	3.570	3.485	155	3.640	7.210
Comercial	395	851	427	1.278	1.673
Industrial	10	59	-	59	69
Setor público	328	998	211	1.209	1.537
Subtotal consumidores	<u>4.303</u>	<u>5.393</u>	<u>793</u>	<u>6.186</u>	<u>10.489</u>
Renegociações (i)	<u>1.519</u>	<u>440</u>	<u>-</u>	<u>440</u>	<u>1.959</u>
	<u>5.822</u>	<u>5.833</u>	<u>793</u>	<u>6.626</u>	<u>12.448</u>

Classe de consumidor	Consolidado				
	Saldos a vencer	Saldos vencidos			Total
		Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	
Residencial	2.382	4.001	143	4.144	6.526
Comercial	163	712	242	954	1.117
Industrial	11	23	6	29	40
Setor público	329	758	1.002	1.760	2.089
Subtotal consumidores	<u>2.885</u>	<u>5.494</u>	<u>1.393</u>	<u>6.887</u>	<u>9.772</u>
Renegociações	<u>1.488</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.488</u>
	<u>4.373</u>	<u>5.494</u>	<u>1.393</u>	<u>6.887</u>	<u>11.260</u>

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2016 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 46 (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2015) calculados individualmente para cada fatura com base na taxa anual de desconto de 8,72%. Em 31 de dezembro de 2016, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 2 de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

Classe de consumidor	Consolidado				Total em 2016
	Saldos a vencer	Saldos vencidos - 2016		Total	
		Até 180 dias	Acima de 180 dias		
Residencial	(166)	(520)	(155)	(675)	(841)
Comercial	(61)	(332)	(427)	(759)	(820)
Industrial	(5)	(49)	-	(49)	(54)
Setor público	(247)	(981)	(211)	(1.192)	(1.439)
Renegociações	(116)	(33)	-	(33)	(149)
	<u>(595)</u>	<u>(1.915)</u>	<u>(793)</u>	<u>(2.708)</u>	<u>(3.303)</u>

Classe de consumidor	Consolidado				Total em 2015
	Saldos a vencer	Saldos vencidos - 2015		Total	
		Até 180 dias	Acima de 180 dias		
Residencial	(95)	(482)	(143)	(625)	(720)
Comercial	(38)	(196)	(242)	(438)	(476)
Industrial	(2)	(18)	(6)	(24)	(26)
Setor público	(102)	(490)	(1.002)	(1.492)	(1.594)
Renegociações	(154)	-	-	-	(154)
	<u>(391)</u>	<u>(1.186)</u>	<u>(1.393)</u>	<u>(2.579)</u>	<u>(2.970)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Natureza	Consolidado				Saldo em 2016
	Saldo em 2015	(+ Adições)	(-) Reversões	(-) Baixa títulos	
Correntes	(2.816)	(6.935)	5.431	1.166	(3.154)
Renegociações	(154)	(179)	184	-	(149)
	<u>(2.970)</u>	<u>(7.114)</u>	<u>5.615</u>	<u>1.166</u>	<u>(3.303)</u>

Natureza	Consolidado				Saldo em 2015
	Saldo em 2014	(+ Adições)	(-) Reversões	(-) Baixa títulos	
Correntes	(5.549)	(3.229)	1.552	4.410	(2.816)
Renegociações	-	(154)	-	-	(154)
	<u>(5.549)</u>	<u>(3.383)</u>	<u>1.552</u>	<u>4.410</u>	<u>(2.970)</u>

A Administração das controladas tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas conta com a revisão dos hidrômetros, o parcelamento de débitos, a manutenção de um programa de cortes permanente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia e suas controladas tratam os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores abaixo de R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas efetuaram a baixa efetiva dos títulos das contas a receber no valor de R\$ 1.166 (R\$ 4.410 em 2015), tendo como contrapartida a provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambas as contas do ativo circulante e não circulante, não tendo efeito no resultado do exercício.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, foram baixados títulos diretamente ao resultado do exercício no montante de R\$ 1.883 (R\$ 1.174 em 31 de dezembro de 2015).

8 Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	Controladora	
	2016	2015
Águas de Barra do Garças Ltda.	2.400	-
	2.400	-

9 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou na controladora e no consolidado R\$ 3.768 (R\$ 2.142 em 2015), registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A., que detêm totalidade das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Outras contas a receber (a)				
Águas de Barra do Garças Ltda.	-	3	-	-
Águas de Buritis Saneamento S.A.	-	-	2	-
Águas de Campo Verde S.A.	-	2	-	-
Águas de Confresa S.A.	-	1	13	10
Águas de Diamantino S.A.	-	1	18	15
Águas de Guarantã Ltda.	-	1	25	20
Águas de Matupá Ltda.	-	-	14	11
Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda.	-	2	15	12
Águas de Paranatinga Ltda.	-	1	17	14
Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda.	-	-	35	-

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	-	-	5	4
Águas de Primavera S.A.	-	2	-	-
Águas de Sinop S.A.	-	4	140	108
Águas de Sorriso S.A.	-	3	-	-
APA - Águas de Peixoto Azevedo S.A.	-	1	-	-
	<u>-</u>	<u>21</u>	<u>284</u>	<u>194</u>
Contas correntes a receber de partes relacionadas (b)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	-	-	287
Águas de Campo Verde S.A.	430	626	-	-
Águas de Confresa S.A.	-	-	46	56
Águas de Garantã Ltda.	-	-	42	42
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	121	121	-	-
Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda.	-	-	246	-
Águas de Paranatinga Ltda.	-	-	343	-
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	-	-	2.052	1.903
Águas de Primavera S.A.	167	458	-	-
Águas de Sorriso S.A.	-	2.833	-	-
Águas de Vera S.A.	24	-	-	-
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	1.060	-	-	-
Nascentes do Xingú Investimentos S.A.	-	-	95	96
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	6.850	-	-	-
	<u>8.652</u>	<u>4.038</u>	<u>2.824</u>	<u>2.384</u>
Dividendos a receber e juros sobre capital próprio (nota explicativa nº8)				
Águas de Barra do Garças Ltda.	2.400	-	-	-
	<u>2.400</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adiantamento a fornecedores (a)				
Instituto Equipav.	-	-	40	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>-</u>
Debêntures privadas (d)				
Águas de Campo Verde S.A.	19.910	17.095	-	-
Águas de Cláudia S.A.	3.555	3.051	-	-
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	1.572	1.350	-	-
Águas de Marcelândia S.A.	4.844	4.160	-	-
Águas de Nortelândia S.A.	804	690	-	-
Águas de Poconé S.A.	3.011	2.585	-	-
Águas de Primavera S.A.	27.292	23.434	-	-
Águas de São José S.A.	1.871	1.607	-	-
Águas de Sorriso S.A.	46.753	40.144	-	-
Águas de Vera S.A.	2.837	2.436	-	-
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	17.188	14.758	-	-
Saneamento Básico de Jangada S.A.	901	774	-	-
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	5.019	4.310	-	-
	<u>135.557</u>	<u>116.394</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Águas de Campo Verde S.A.	567	-	-	-
Águas de Primavera S.A.	31	-	-	-
Águas de Sorriso S.A.	5.796	-	-	-
Saneamento Básico Pedra de Pedra Preta S.A.	1.857	-	-	-
	<u>8.251</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo não circulante				
Aquisições de ativo intangível no exercício (c)				
Aegea Engenharia e Comércio Ltda	-	-	372	974
Aegea Engenharia e Comércio Ltda (Consortio Ibura)	-	-	3.055	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	-	-	103	-
Minerpav Mineradora Ltda.	-	-	-	24
Minerpav Mineradora Leverger Ltda.	-	-	21	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.551</u>	<u>998</u>
	<u>154.860</u>	<u>120.453</u>	<u>6.699</u>	<u>3.576</u>
Passivo circulante				
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 12) (a) e (c)				
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	-	-	37	126
Aegea Saneamento e Participações S.A.	32	-	773	463
Águas Guararoba S.A.	-	-	-	347
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	-	-	124
Eletricidade Paraense S.A.	-	-	-	3
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	-	-	48	-
Aegea Engenharia e Comércio Ltda (Consortio Ibura)	-	-	383	4.019
Lerans Energia e Participações Ltda.	-	-	-	8
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	-	-	92	55
Minerpav Mineradora Ltda.	-	-	-	4
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	-	-	-	3
	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>1.333</u>	<u>5.152</u>
Contas correntes a pagar para partes relacionadas (b)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	50.104	23.951	86.404	28.787
Águas de Claudia S.A.	-	11	-	-
Águas de Confresa S.A.	-	-	2	61
Águas de Matupá S.A.	-	-	21	-
Águas de Nortelândia S.A.	-	14	-	-
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	-	-	-	38
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	-	-	268
Filadelfo Reis Dias	-	-	-	1.017
Lerans Energia e Participações Ltda.	-	-	-	11
Mara Daisy Gil Dias	-	-	-	78
	<u>50.104</u>	<u>23.976</u>	<u>86.427</u>	<u>30.260</u>
	<u>50.136</u>	<u>23.976</u>	<u>87.760</u>	<u>35.412</u>
Resultado do exercício				
Custos dos serviços prestados (a)				
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	-	-	422	385
Minerpav Mineradora Leverger Ltda.	-	-	2	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>424</u>	<u>385</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais (a)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	-	6.561	6.462
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	-	-	495	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	-	-	154	188
Instituto Equipav.	-	-	40	-
	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>7.250</u>	<u>6.650</u>
	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>7.674</u>	<u>7.035</u>

- (a) A natureza dos saldos mantidos nas outras contas a receber, fornecedores e custos e despesas resumem a prestação de serviços de contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação através do centro de serviços administrativos ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA), localizado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e repasse de gastos administrativos e operacionais. Além de serviço de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos S.A. e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.

- (b) Os valores referentes a essas transações estão mantidos nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem prazo de vencimento e atualização.
- (c) Basicamente os valores mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de intangível são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. O Consórcio Ibura é composto por 51% pela consorciada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominada Engepav Engenharia e Comércio Ltda.) e 49% pela consorciada Kullinan Engenharia e Construção Ltda.
- (d) Os valores se referem a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, emitidas pelas controladas, com a finalidade de investimento em infraestrutura e capital de giro, a uma taxa de juros CDI + 2,40% a.a., com prazo de vencimento em 01 de agosto de 2019.

10 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora	
	2016	2015
Investimentos	106.471	77.421
	106.471	77.421

b. Composição e movimentação dos investimentos

	Capital Social	Quantidade de ações ordinárias	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2016	Investimentos	Outras combinações de negócios	Atualização das contingências da combinação de negócios (ii)	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2016
Água de Barra do Garças Ltda.	5.745	-	99,99%	49.995	(36.991)	3.219	13.004	13.003	8.881	(1.362)	20.522
Águas de Campo Verde S.A.	8.994	8.994.482	78,92%	48.619	(35.114)	(129)	13.505	10.658	11.612	(228)	22.042
Águas de Carlinda S.A.	70	70.000	51,00%	564	(462)	(50)	102	52	249	-	301
Águas de Cláudia S.A.	350	350.000	51,00%	4.936	(4.335)	(5)	601	307	439	-	746
Saneamento Básico de Jangada S.A.	100	100.000	51,00%	968	(981)	(10)	(13)	(7)	140	(28)	105
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	50	50.000	51,00%	1.640	(2.090)	(115)	(450)	(230)	2	-	(228)
Águas de Marcelândia S.A.	160	160.000	51,00%	3.820	(5.068)	(1.269)	(1.248)	(636)	187	(33)	(482)
Águas de Nortelândia S.A.	30	30.000	51,00%	2.060	(1.433)	(34)	627	320	195	(22)	493
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	2.883	2.882.664	83,85%	17.591	(15.993)	(1.053)	1.598	1.340	621	(80)	1.881
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	6	6.000	51,00%	20.704	(20.415)	(613)	289	147	832	(64)	915
Águas de Primavera S.A.	10.183	10.182.717	51,16%	51.740	(33.293)	3.459	18.447	9.437	10.804	(418)	19.823
Águas de Poconé S.A.	100	100.000	51,00%	5.659	(7.722)	(2.403)	(2.063)	(1.052)	1.100	(62)	(14)
Águas de Santa Carmem S.A.	70	70.000	51,00%	593	(146)	171	447	228	128	(11)	345
Águas de São José S.A.	100	100.000	51,00%	3.924	(2.287)	492	1.637	835	595	(30)	1.400
Águas de Sorriso S.A.	11.433	11.432.924	76,86%	110.277	(86.556)	5.785	23.721	18.232	19.408	(159)	37.481
Águas de União do Sul S.A.	70	70.000	51,00%	558	(100)	68	458	234	62	(13)	283
Águas de Vera S.A.	70	70.000	51,00%	4.332	(3.587)	136	745	380	502	(24)	858

Valor do investimento em 31 de dezembro de 2016 106.471

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.
Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Resultado de Equivalência Patrimonial					Resultado de Equivalência Patrimonial					Dividendos	Participação no ajuste de avaliação patrimonial	Aumento de capital	Diluição na participação societária	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2016
	Valor do investimento em 1º de janeiro de 2015	Equivalência patrimonial	Reversão de contingências possíveis da combinação de negócios (ii)	Atualização das contingências da combinação de negócios (ii)	Amortização do valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios (iii)	Valor do investimento em 31 de dezembro de 2015	Equivalência patrimonial	Reversão de contingências possíveis da combinação de negócios (ii)	Atualização das contingências da combinação de negócios (ii)	Amortização do valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios (iii)					
Água de Barra do Garças Ltda.	18.899	(722)	2.079	(767)	-	19.489	3.219	2.169	(595)	-	(2.400)	(1.360)	-	-	20.522
Águas de Campo Verde S.A.	11.954	540	1.092	(149)	(293)	13.144	(94)	817	(79)	(531)	-	-	5.124	3.661	22.042
Águas de Carlinda S.A.	475	(133)	-	-	(7)	335	(26)	-	-	(9)	-	-	-	-	301
Águas de Cláudia S.A.	913	(152)	16	-	(13)	764	(3)	(1)	-	(14)	-	-	-	-	746
Saneamento Básico de Jangada S.A.	44	(22)	61	(14)	(4)	65	(5)	66	(14)	(7)	-	-	-	-	105
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	68	(239)	1	-	-	(170)	(59)	-	-	1	-	-	-	-	(228)
Águas de Marcelândia S.A.	142	(201)	171	(22)	(5)	85	(647)	104	(11)	(13)	-	-	-	-	(482)
Águas de Nortelândia S.A.	408	(60)	108	(14)	(4)	438	(17)	77	(8)	3	-	-	-	-	493
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	459	(279)	536	(50)	(25)	641	(883)	270	(30)	(94)	-	-	1.933	44	1.881
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	1.044	(254)	324	(41)	(29)	1.044	(313)	250	(23)	(43)	-	-	-	-	915
Águas de Primavera S.A.	15.482	602	1.967	(266)	(381)	17.404	1.770	1.282	(152)	(539)	-	-	33	25	19.823
Águas de Poconé S.A.	1.304	(541)	369	(41)	(44)	1.047	(1.226)	328	(21)	(142)	-	-	-	-	(14)
Águas de Santa Carmem S.A.	133	60	53	(7)	(5)	234	87	36	(4)	(8)	-	-	-	-	345
Águas de São José S.A.	784	198	76	(20)	(14)	1.024	251	152	(10)	(17)	-	-	-	-	1.400
Águas de Sorriso S.A.	22.645	(1.123)	43	(105)	(544)	20.916	4.426	1.207	(54)	(765)	-	-	6.033	5.718	37.481
Águas de União do Sul S.A.	182	(3)	55	(8)	(1)	225	35	36	(5)	(8)	-	-	-	-	283
Águas de Vera S.A.	554	54	160	(15)	(16)	737	69	82	(9)	(21)	-	-	-	-	858
	75.489	(2.275)	7.111	(1.519)	(1.385)	<u>77.421</u>	6.585	6.875	(1.015)	(2.207)	(2.400)	(1.360)	13.123	9.448	<u>106.471</u>

- (i) Refere-se à decadência de casos jurídicos reconhecidas na combinação de negócios e atualização monetária dos saldos remanescentes contabilizados no resultado do exercício.
- (ii) Amortização contabilizada no resultado do exercício da controladora como amortização em despesas administrativas e gerais.

c. Aumentos de capital em controladas

(i) Exercício de 2015

A Companhia em 20 de maio de 2015, de modo a restabelecer a pluralidade de sócios de sua controlada Águas de Barra do Garças Ltda., cede e transfere 1 (uma) quota, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para a sócia ingressante Aegea Saneamento e Participações S.A.

(ii) Exercício de 2016

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia integralizou capital em sua controlada Águas de Sorriso S.A., em moeda corrente, no valor de R\$ 2.884, alterando a participação societária na controlada de 51,00% para 68,06%. Totalizando o capital social no montante de R\$ 8.284. Em 26 de fevereiro de 2016, a Companhia integralizou capital, em moeda corrente, no valor de R\$ 3.149, alterando a participação societária na controlada de 68,06% para 76,86%, totalizando o capital social no montante de R\$ 11.433.

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia integralizou capital em sua controlada Águas de Primavera S.A., em moeda corrente, no valor de R\$ 33, alterando a participação societária na controlada de 51,00% para 51,16%, totalizando o capital social no montante de R\$ 10.183.

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia integralizou capital em sua controlada Saneamento Básico de Pedra Preta S.A., em moeda corrente, no valor de R\$ 1.933, alterando a participação societária na controlada de 51,00% para 83,85%, totalizando o capital social no montante de R\$ 2.883.

Em 29 de janeiro de 2016, a Companhia integralizou capital em sua controlada Águas de Campo Verde S.A., em moeda corrente, no valor de R\$ 1.781, alterando a participação societária na controlada de 51,00% para 66,44%, totalizando o capital social no montante de R\$ 5.651. Em 26 de fevereiro de 2016, a Companhia capitalizou créditos de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R\$ 1.711, alterando a participação societária na controlada de 66,44% para 74,24%, totalizando o capital social no montante de R\$7.361. Na mesma data a Companhia subscreveu R\$ 1.633 de capital social a ser integralizado. Em 31 de agosto de 2016, a Companhia integralizou capital, em moeda corrente, no valor de R\$ 1.632, alterando a participação societária na controlada de 74,24% para 78,92%, totalizando o capital social no montante de R\$ 8.994.

11 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Taxa média anual	2016			2015
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de Concessão	de 30 a 50	2,0%	133.131	(31.188)	101.943	109.570
Instalações técnicas de saneamento	35	6,2%	127.599	(19.069)	108.530	104.858
Edificações de estações de tratamento	35	6,3%	32.199	(2.282)	29.917	13.789
Máquinas e equipamentos	de 03 a 42	7,7%	9.118	(1.643)	7.475	6.313
Outros componentes	de 03 a 38	8,8%	10.491	(3.829)	6.662	6.711
			312.538	(58.011)	254.527	241.241
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			103.195	-	103.195	39.037
Adiantamento a fornecedores			-	-	-	1.364
			103.195	-	103.195	40.401
Software						
Licença de uso de software	03	33,3%	975	(539)	436	727
			975	(539)	436	727
			416.708	(58.550)	358.158	282.369

b. Movimentação do custo

Ativo	2015	2016			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de Concessão	133.131	-	-	-	133.131
Instalações técnicas de saneamento	116.296	6	-	11.297	127.599
Edificações de estações de tratamento	14.510	-	-	17.689	32.199
Máquinas e equipamentos	7.295	344	(11)	1.490	9.118
Outros componentes	9.517	442	-	532	10.491
	280.749	792	(11)	31.008	312.538
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	39.037	95.169	-	(31.011)	103.195
Adiantamento a fornecedores	1.364	-	(1.364)	-	-
	40.401	95.169	(1.364)	(31.011)	103.195
Software					
Licença de uso de software	943	29	-	3	975
	943	29	-	3	975
	322.093	95.990	(1.375)	-	416.708

Ativo	2014	2015			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de Concessão	133.131	-	-	-	133.131
Instalações técnicas de saneamento	40.199	1.154	-	74.943	116.296
Edificações de estações de tratamento	4.774	45	-	9.691	14.510
Máquinas e equipamentos	9.325	540	-	(2.570)	7.295
Outros componentes	1.630	1.766	-	6.121	9.517
	189.059	3.505	-	88.185	280.749
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	50.352	77.754	-	(89.069)	39.037
Adiantamento a fornecedores	9.075	-	(7.711)	-	1.364
	59.427	77.754	(7.711)	(89.069)	40.401
Software					
Licença de uso de software	-	59	-	884	943
	-	59	-	884	943
	248.486	81.318	(7.711)	-	322.093

c. Movimentação da amortização

Ativo	2015	2016		Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de Concessão	(23.561)	(7.728)	101	(31.188)
Instalações técnicas de saneamento	(11.438)	(7.631)	-	(19.069)
Edificações de estações de tratamento	(721)	(1.561)	-	(2.282)
Máquinas e equipamentos	(982)	(661)	-	(1.643)
Outros componentes	(2.806)	(1.023)	-	(3.829)
	(39.508)	(18.604)	101	(58.011)
Software				
Licença de uso de software	(216)	(323)	-	(539)
	(216)	(323)	-	(539)
	(39.724)	(18.927)	101	(58.550)

Ativo	2014	2015	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de Concessão	(16.648)	(6.913)	(23.561)
Instalações técnicas de saneamento	(7.887)	(3.551)	(11.438)
Edificações de estações de tratamento	(396)	(325)	(721)
Máquinas e equipamentos	(1.839)	857	(982)
Outros componentes	(740)	(2.066)	(2.806)
	(27.510)	(11.998)	(39.508)
Software			
Licença de uso de software	-	(216)	(216)
	-	(216)	(216)
	(27.510)	(12.214)	(39.724)

Os juros sobre empréstimos são capitalizados nos ativos qualificáveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram capitalizados R\$ 9.490 a uma taxa média de 15,97% a.a. (R\$ 6.041 e 15,18% a.a. em 31 de dezembro de 2015) e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia e suas controladas não identificaram nenhum fato que justificasse efetuar uma provisão em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

As controladas Águas de Sorriso S.A., Águas de Poconé S.A., e Águas de Barra do Garças Ltda. possuem processos judiciais em andamento os quais são classificados pela administração e seus assessores jurídicos externos como perda possível que podem resultar na perda das respectivas concessões. Os ativos relacionados a tais concessões somam R\$ 129.953 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 78.686 em 31 de dezembro de 2015).

Na hipótese de ser decretada a anulação de alguma das Concessões vinculadas aos processos judiciais acima citados, a Poder Concedente, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos, bem como indenizar todos os danos emergentes e os lucros cessantes, eis que a Concessionária assinou o contrato de concessão partindo do pressuposto da sua legitimidade e validade.

12 Fornecedores e empreiteiros

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prestações de serviços e empreiteiros a pagar	70	-	12.733	17.262
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	32	-	1.333	5.152
	102	-	14.066	18.260

13 Empréstimos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor contratado	Valor captado	Controladora		Consolidado	
					2016	2015	2016	2015
Debêntures (ponte)	CDI + 2,40% a.a.	agosto/19	150.000	150.000	153.145	-	151.339	-
Debêntures (ponte)	CDI + 2,10% a.a.	agosto/16	100.000	100.000	-	128.920	-	128.920
Empréstimo (ponte)	TR + 12,00% a.a. Libor + 3,25%	junho/16	15.000	15.000	-	-	-	18.241
Loan	a.a.	dezembro/26	27.814	27.814	-	-	25.335	-
					153.145	128.920	176.674	147.161
Circulante					3.528	128.920	5.887	147.161
Não circulante					149.617	-	170.787	-

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2016	2015
2018	2.632	-
2019	2.632	-
2020	2.632	-
2021	2.632	-
2022 em diante	13.156	-
	23.684	-

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2017	-	-	-	-
2018	-	-	-	-
2019	150.000	-	150.000	-
	150.000	-	150.000	-
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo de captação (não circulante)	(383)	-	(2.897)	-
Total	149.617	-	170.787	-

Durante o exercício de 2016, a Companhia e suas controladas incorreram em custos de captação no montante de R\$ 3.558 (R\$ 343 em 2015). O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2016 totaliza o montante de R\$ 3.218 (R\$ 269 em 31 de dezembro de 2015) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 7 de fevereiro de 2014, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 100 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantias adicionais reais e fidejussórias com valor nominal total de R\$ 100.000. Esta debênture tinha seu vencimento em 07 de agosto de 2016, conforme a celebração do 1º aditivo datado de 19 de fevereiro de 2015, com amortizações de principal feitas em uma única parcela no vencimento.

Em 04 de agosto de 2016, mediante a celebração do 2º Aditamento à 1ª emissão, foi prorrogado o prazo de vencimento das debêntures para 06 de setembro de 2016, sendo esta liquidada em 05 de setembro de 2016.

Em 29 de julho de 2016, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 150 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantias adicionais real e fidejussória com valor nominal total de R\$ 150.000. Esta debênture tem vencimento em 01 de agosto de 2019, com amortização de principal em uma única parcela no vencimento. O desembolso desta emissão ocorreu em 05 de setembro de 2016.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal financiamento, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A;
- Garantia de cessão fiduciária constituída no contrato, ao valor equivalente aos direitos creditórios das controladas Águas de Primavera S.A., Águas de Sorriso S.A. e Águas de Campo Verde S.A.

Em 22 de dezembro de 2014, a controlada Águas de Barra do Garças Ltda. contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A.* (PROPARCO) no montante de US\$ 8.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2026, carência até 15 de dezembro de 2017 e amortização de principal em 19 parcelas iguais.

A controlada Águas de Barra do Garças Ltda. concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A;
- Penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis da controlada Águas de Barra do Garças Ltda;
- Penhor de 100% das cotas da controlada Águas de Barra do Graças Ltda. detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A; e

- 19 notas promissórias emitidas pela controlada Águas de Barra do Garças Ltda., cada uma para uma parte de 1/19 do valor correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Em 17 de junho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 27.814 (US\$ 8.000 no valor original), convertido pela taxa R\$ 3,4768.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Águas de Barra do Garças Ltda. contratou junto ao Banco Santander instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa do Loan, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos e debêntures, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas qualitativas e quantitativas referentes aos empréstimos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016.

14 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2016	2015
Direito de outorga a pagar - Aguas de Barra do Garça Ltda. (i)	2.011	2.744
Direito de outorga a pagar - Aguas de São José S.A. (i)	184	46
Direito de outorga a pagar - Aguas de Nortelândia S.A. (i)	252	78
Direito de outorga a pagar - Saneamento Básico de Pedra Preta S.A. (i)	134	197
Outras contas a pagar	<u>1.723</u>	<u>215</u>
	<u>4.304</u>	<u>3.280</u>
Circulante	1.663	784
Não circulante	2.641	2.496

(i) O saldo refere-se a passivos assumidos pelas controladas no momento do ganho da concessão, conforme edital de concorrência.

15 Provisão para contingências

As controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que estão envolvidas.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos das controladas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, ou quanto exigido pelas normas contábeis aplicáveis, como se segue:

Natureza	Consolidado	
	2016	2015
Contingências cíveis	310	363
Contingências trabalhistas	483	211
Contingências tributárias	<u>3.325</u>	<u>9.183</u>
	<u>4.118</u>	<u>9.757</u>

Natureza	Consolidado					2016
	2015	Adições	Baixas	Pagamentos	Baixa de atualização monetária (i)	
Cível	363	604	(645)	(12)	-	310
Trabalhista	211	1.092	(820)	-	-	483
Tributária	9.183	-	(5.356)	-	(502)	3.325
	<u>9.757</u>	<u>1.696</u>	<u>(6.821)</u>	<u>(12)</u>	<u>(502)</u>	<u>4.118</u>

Natureza	Consolidado				2015
	2014	Adições	Baixas	Atualização monetária	
Cível	548	375	(560)	-	363
Trabalhista	205	668	(662)	-	211
Tributária	14.231	-	(6.567)	1.519	9.183
	<u>14.984</u>	<u>1.043</u>	<u>(7.789)</u>	<u>1.519</u>	<u>9.757</u>

- (i) Refere-se ao atingimento da decadência de contingências tributárias, conforme demonstrado na coluna “Baixas”, reduzindo o valor do principal anteriormente provisionado e consequentemente a redução no valor da provisão de atualização monetária.

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ 1.958 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 7.664 em 31 de dezembro de 2015).

As contingências trabalhistas e cíveis como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ 1.575 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 548 em 2015). Nenhuma provisão foi constituída para estes processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, além dos processos acima, as controladas Águas de Sorriso S.A., Águas de Poconé S.A. e Águas de Barra do Garças Ltda. possuem processos judiciais em andamento associados as respectivas Concessões os quais não é possível estimar o valor envolvido.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social integralizado é de R\$ 52.002, e está representado por 52.000.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim representadas:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	2016	2015
	99,99%	99,99%
Conselheiros	0,01%	0,01%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

17 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2016	2015
Serviços de abastecimento de água	69.458	61.409
Outros serviços indiretos de água	2.231	3.630
Serviços de esgoto	15.641	11.365
Outros serviços indiretos de esgoto	969	-
Receitas de construção	95.169	77.754
Total receita bruta	<u>183.468</u>	<u>154.158</u>
(-) Cancelamentos	(1.545)	(1.752)
(-) Impostos sobre serviços	(8.023)	(4.485)
Total da receita operacional líquida	<u><u>173.900</u></u>	<u><u>147.921</u></u>

18 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2016	2015
Pessoal	(12.173)	(12.165)
Conservação e manutenção	(1.601)	(1.162)
Serviços de terceiros	(3.811)	(3.202)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.181)	(2.623)
Amortização e depreciação	(18.416)	(10.799)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	913	159
Custo de concessão	(89)	(80)
Custo de construção	(95.169)	(77.754)
Energia elétrica	(10.827)	(11.300)
Produtos químicos	(1.191)	(1.052)
Locação	(913)	(1.172)
Outras despesas	(2.720)	(2.831)
	<u>(147.178)</u>	<u>(123.981)</u>

19 Despesas de vendas, administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Pessoal	-	-	(2.127)	(2.024)
Conservação e manutenção	-	-	(11)	-
Serviços de assessoria jurídica	-	-	-	(335)
Serviços de assessoria, consultoria e auditoria	-	-	-	(945)
Serviços de terceiros	(794)	(347)	(7.803)	(6.372)
Amortização e depreciação	-	-	(527)	(1.431)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.499)	(1.831)
Reversão de contingências	-	-	5.125	6.746
Baixa de títulos do contas a receber	-	-	(1.883)	(1.174)
Energia elétrica	(22)	(37)	(27)	(63)
Seguros	(1)	-	(3)	(2)
Viagens e estadias	(6)	-	(56)	(149)
Impostos, taxas e contribuições	(223)	(2)	(328)	(26)
Outras	(175)	(107)	(426)	(1.464)
	<u>(1.221)</u>	<u>(493)</u>	<u>(9.565)</u>	<u>(9.070)</u>

20 Despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Aplicações financeiras	20.295	15.576	3.340	5.047
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	-	-	1.331	1.245
Variações cambiais ativas	-	-	3.804	-
Outras	2	8	13	15
Receitas financeiras	20.297	15.584	8.488	6.307
Despesas				
Encargos e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(21.691)	(17.417)	(13.963)	(13.649)
Juros sobre atraso em pagamentos	(1)	(1)	(750)	(2.118)
Despesa com IOF	(238)	-	(284)	-
Despesas e comissões bancárias	(84)	-	(1.461)	(1.462)
Despesas com obrigações de outorga	-	-	(344)	(463)
Variações cambiais passivas	-	-	(2.069)	-
Ajuste a valor presente	-	-	(2)	(44)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(3.611)	-
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(944)	(402)	(1.110)	(468)
Outras	(292)	(437)	(169)	(583)
Despesas financeiras	(23.250)	(18.257)	(23.763)	(18.787)
Despesas financeiras líquidas	(2.953)	(2.673)	(15.275)	(12.480)

21 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está apresentada como segue:

	Controladora	
	2016	2015
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	6.065	(1.234)
Resultado de equivalência patrimonial	(10.239)	(1.932)
Prejuízo contábil ajustado	(4.174)	(3.166)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.419	1.076
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(1.552)	(1.060)
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	(133)	16
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(133)	16
Alíquota efetiva	(3%)	1%

	Consolidado	
	2016	2015
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	1.961	2.394
Lucro de controladas com apuração pelo lucro presumido	-	(5.851)
Lucro (prejuízo) contábil ajustado	<u>1.961</u>	<u>(3.457)</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(667)	1.175
Despesas indedutíveis	(1.008)	(1.030)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecida em anos anteriores	9.225	52
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(2.692)	(1.945)
PAT e outros incentivos fiscais	5	-
Contingência sobre combinação de negócios	1.992	-
Baixa de ativo diferido de anos anteriores	(1.897)	-
Outras diferenças permanentes	73	2.569
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	-	(5.925)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(541)	(5.883)
Diferido	<u>5.572</u>	<u>779</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>5.031</u>	<u>(5.104)</u>
Alíquota efetiva	<u>(256%)</u>	<u>23%</u>

- (i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

	Controladora	
	Passivo	
	2016	2015
Custos de transação de debêntures	(213)	(79)
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(213)</u>	<u>(79)</u>

	Consolidado			
	Ativos		Passivos	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.050	186	-	-
Provisão para participação nos lucros	414	214	-	-
Provisão para contingências	261	137	-	-
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	10.963	6.563	(26.486)	-
Ajuste a valor presente de clientes	13	7	-	-
Instrumento financeiro derivativo	701	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa e contribuição social	5.397	2.465	-	-
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	-	-	-	(28.281)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	-	-	(1.095)	-
Juros capitalizados no ativo intangível	-	-	(3.784)	(637)
Encargos financeiros sobre operações com debêntures	-	-	-	(84)
Variação cambial	-	-	(592)	-
Montante passível de compensação	(4.835)	(642)	4.835	642
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido	<u>13.964</u>	<u>8.930</u>	<u>(27.122)</u>	<u>(28.360)</u>

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	73	-
Provisão para participação nos lucros	18	-
Provisão para contingências	9	-
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	364	8.573
Ajuste a valor presente de clientes	2	-
Prejuízos acumulados	6.431	2.306
	<u>6.897</u>	<u>10.879</u>

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

22 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	Controladora	
	2016	2015
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	4	11
Aplicações financeiras	650	-
Debêntures privadas de partes relacionadas	135.557	116.394
Contas correntes a receber de partes relacionadas	8.652	4.038
Dividendos a receber	2.400	-
	<u>147.263</u>	<u>120.443</u>
	Consolidado	
	2016	2015
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	1.153	2.009
Aplicações financeiras	17.915	17.328
Contas a receber de clientes	12.785	11.392
Contas correntes a receber de partes relacionadas	2.824	2.384
	<u>34.677</u>	<u>33.113</u>

Garantias

A política da Companhia e suas controladas é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Controladora						
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2016							
Passivos							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	153.145	212.866	22.664	23.002	167.200	-	-
Fornecedores e empreiteiros	102	102	102	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	50.104	50.104	50.104	-	-	-	-
	<u>203.351</u>	<u>263.072</u>	<u>72.870</u>	<u>23.002</u>	<u>167.200</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Consolidado							
2016	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	14.066	14.066	14.066	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	176.674	246.968	25.675	26.923	171.070	3.780	19.520
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	86.427	86.427	86.427	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.040	24.897	6.487	4.273	3.476	2.827	7.834
Outras contas a pagar	2.929	2.929	1.664	948	112	113	92
	<u>284.136</u>	<u>375.287</u>	<u>134.319</u>	<u>32.144</u>	<u>174.658</u>	<u>6.720</u>	<u>27.446</u>

Controladora							
2015	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Debêntures	128.920	142.530	142.530	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	23.976	23.976	-	-	-	-	23.976
	<u>152.896</u>	<u>166.506</u>	<u>142.530</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.976</u>

Consolidado							
2015	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	18.260	18.260	18.260	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	147.161	161.818	161.818	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	30.260	30.260	-	-	-	-	30.260
Outras contas a pagar	3.280	3.280	784	1.054	656	656	130
	<u>198.961</u>	<u>213.618</u>	<u>180.862</u>	<u>1.054</u>	<u>656</u>	<u>656</u>	<u>30.390</u>

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Instrumentos de taxa variável				
<i>Ativos financeiros</i>				
Aplicações financeiras	650	-	17.915	17.328
Debêntures privadas	135.557	116.394	-	-
	<u>136.207</u>	<u>116.394</u>	<u>17.915</u>	<u>17.328</u>
Instrumentos de taxa variável				
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos e debêntures	153.145	128.920	176.674	147.161
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.040	-
	<u>153.145</u>	<u>128.920</u>	<u>180.714</u>	<u>147.161</u>

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2016	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	650	Variação do CDI	14,00%	91	114	137	68	46
Passivos financeiros								
Debêntures	(153.145)	Variação do CDI	14,00%	(21.440)	(26.800)	(32.160)	(16.080)	(10.720)
				<u>(21.349)</u>	<u>(26.686)</u>	<u>(32.023)</u>	<u>(16.012)</u>	<u>(10.674)</u>
Consolidado				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2016	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	17.915	Variação do CDI	14,00%	2.50	3.135	3.761	1.881	1.254
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(151.339)	Variação do CDI	14,00%	(21.187)	(26.484)	(31.781)	(15.890)	(10.594)
1 + 2				<u>(18.675)</u>	<u>(23.349)</u>	<u>(28.019)</u>	<u>(14.009)</u>	<u>(9.340)</u>

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia e suas controladas, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Consolidado				Cenários				
Risco Cambial	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 2016	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos e financiamentos	(7.774)	USD	R\$ 3,2591	1.735	2.169	2.603	1.301	868
<i>Swap</i> - Ponta ativa (i)	8.000	USD	R\$ 3,2591	(4.040)	(5.050)	(6.060)	(3.030)	(2.020)
Exposição líquida	<u>226</u>			<u>(2.305)</u>	<u>(2.881)</u>	<u>(3.457)</u>	<u>(1.729)</u>	<u>(1.152)</u>

(i) Essa exposição refere-se ao efeito no resultado e no patrimônio líquido da operação de *hedge*.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Controladora			Total em 2016
		Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	4	4
Aplicações financeiras	6	650	-	-	650
Debêntures privadas de partes relacionadas	9	-	-	135.557	135.557
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	8	-	-	2.400	2.400
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	-	8.652	8.652
Total		<u>650</u>	<u>-</u>	<u>146.613</u>	<u>147.263</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	12	-	-	102	102
Empréstimos e debêntures	13	-	-	153.145	153.145
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	50.104	50.104
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>203.351</u>	<u>203.351</u>

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.
Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Controladora						
	NE	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	11	-	11
Debêntures privadas de partes relacionadas	9	-	-	116.394	-	116.394
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	-	4.038	-	4.038
Total		-	-	120.432	-	120.432
Passivos						
Debêntures	13	-	-	-	128.920	128.920
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	-	23.976	23.976
Total		-	-	-	152.896	152.896

Consolidado					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2016
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	1.153	1.153
Aplicações financeiras	6	17.915	-	-	17.915
Contas a receber clientes	7	-	-	12.785	12.785
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	-	2.824	2.824
Total		17.915	-	16.762	34.677
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	12	-	-	14.066	14.066
Empréstimos e debêntures	13	-	-	176.674	176.674
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	86.427	86.427
Instrumentos financeiro derivativos		4.040	-	-	4.040
Outras contas a pagar	14	-	-	2.929	2.929
Total		4.040	-	280.096	284.136

Consolidado					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	2.009	-	2.009
Aplicações financeiras	6	17.328	-	-	17.328
Contas a receber clientes	7	-	11.392	-	11.392
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	2.384	-	2.384
Total		17.328	15.785	-	33.113
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	12	-	-	18.260	18.260
Empréstimos e debêntures	13	-	-	147.161	147.161
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	30.260	30.260
Outras contas a pagar	14	-	-	3.280	3.280
Total		-	-	198.961	198.961

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Consolidado						Passivo	
Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	2016	2015
		USD +	CDI +				
	USD	4,89%	2,70%				
<i>Swap</i>	8.000	a.a.	a.a.	CETIP	15/dez/26	4.040	-
Circulante						361	-
Não circulante						3.679	-

Hedge Accounting

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, com base no CPC38 a Companhia designou as operações apresentadas abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	Patrimônio Líquido 2015	Variação	Patrimônio Líquido 2016
Instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa:			
Riscos de moeda	-	(2.061)	(2.061)
IR/CS diferidos sobre perdas	-	701	701
Perdas líquidas reconhecidas em outros resultados abrangentes	-	(1.360)	(1.360)
	Resultado 2015	Variação	Resultado 2016
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Perdas reconhecidas no resultado do exercício (nota explicativa nº 20)	-	(3.611)	(3.611)

Valor justo

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

Abaixo está apresentada a análise de sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário II e IV corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário III e V corresponde a uma alteração de 50% nas taxas, conforme tabela a seguir:

Risco da taxa de juros sobre passivos financeiros derivativos

Instrumento	Exposição	Risco Variação do CDI	Taxa de juros efetiva a.a. 2016	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<i>Swap</i>	27.814		14,00%	3.894	4.868	5.841	2.921	1.947

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2016 é demonstrado abaixo:

	Controladora			
	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Debêntures	153.770	206.502	128.920	130.812
	Consolidado			
	2016		2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Empréstimos e debêntures	179.892	233.781	147.161	149.488

Os valores justos de empréstimos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (exemplo: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

- As aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio do resultado são classificadas na categoria nível 2.
- A divulgação do valor justo das debêntures é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.
- Para os níveis 1 e 3, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma operação a ser classificada nas datas-bases.

23 Compromissos vinculados a contratos de concessão

As controladas Aguas de União do Sul S.A. e APA - Aguas de Peixoto de Azevedo S.A., possuem compromissos mensais referentes à taxa de regulação que corresponde a 2% da receita.

A controlada Saneamento Básico de Jangada S.A. possui compromisso referente à taxa de regulação que corresponde a R\$ 50 divididos em 30 parcelas anuais, atualizado pelo IGP-M.

* * *

Contador

Itamar Portela Camargo
Contador - CRC MS 010387/O5S-MT